

MODELO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PRODUTOR RURAL AGRÍCOLA E PECUÁRIA

MODEL FOR ANALYSIS OF THE RURAL (AGRICULTURE AND CATTLE) PRODUCER CREDIT

Alexandre André **FEIL**
Centro Universitário Univates e Universidade Feevale
alexandre.feil1@gmail.com

Artigo recebido em 12/2013 – Aprovado em 11/2014

Resumo

Este estudo tem por finalidade realizar uma distinção entre a pessoa física empregada na indústria, comércio e serviços, da pessoa física produtor rural, visto que a geração de renda difere entre estas, então, a análise de crédito deveria ser realizada da mesma forma para as duas situações? O principal objetivo é estruturar uma análise de crédito para pessoa física produtor rural (agrícola e pecuária) perante os aspectos quantitativos. Com a utilização dos objetivos específicos constituídos em realizar uma revisão teórica sobre o tema, estabelecer um critério de apuração de análise de crédito, e elaborar um modelo de análise quantitativa para a análise de crédito pessoa física produtor rural. Este estudo é bibliográfico e a apuração do modelo de análise de crédito está dividida em 5 etapas. As considerações finais retratam que os objetivos foram satisfeitos, e desenvolveu-se uma ferramenta de auxílio da análise de crédito quantitativa a pessoa física produtor rural.

Palavras-chave: Concessão de Crédito, Pessoas Físicas, Demonstrações Contábeis

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

ABSTRACT

This study aims to find the difference between a natural person in industry, commerce and services, and the rural producer, because income owning may be different between them so credit analysis should be performed equally for all different situations? The main objective is making a credit analysis for a rural producer (agriculture and cattle raising) towards quantitative aspects with the use of specific objectives, which are conducting a theoretical review of the subject; finding a standard way to analyse the credit; and making a model of quantitative analysis for the rural producer credit. This is a bibliographic study and the search for the model has been divided into five stages.

The final considerations say the objective was fulfilled, and we have developed a tool for rural producer quantitative credit analysis.

KEYWORDS: *Concession of Credit, Natural Person, Financial Statement*

1 INTRODUÇÃO

É consenso que um dos principais propulsores da economia de um país são as fontes de concessão de créditos, mas também podem ser considerados como geradores de colapsos financeiros caso não gerenciados com eficiência quanto a sua concessão e recuperação do capital concedido.

Nesta lógica, o tema deste estudo vincula-se a análise de crédito para pessoa física produtor rural agrícola e pecuária (a atividade agrícola é inerente ao manejo da terra e a pecuária ao manejo de animais para produção de alimentos). A delimitação do tema se restringe aos aspectos quantitativos, ou seja, a análise de índices e coeficientes financeiros e econômicos, tendo o propósito avaliar a eficiência na análise das concessões de créditos, tanto para Instituições Financeiras (IFs) quanto em empresas privadas e públicas.

O foco da problematização volta-se ao aspecto da pessoa física, empregada formalmente pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que recebe o salário referente aos seus serviços de forma periódica e constante (mesmo valor todos os períodos trabalhados, ou seja, não inferior ao estipulado pelo empregador), já a pessoa física produtora rural não recebe a mesma renda em todos os períodos, pois há variáveis que interferem na geração da renda (clima, sanidade dos animais, compradores dos produtos gerados, entre outros). Neste sentido, o modelo de análise para concessão de crédito empregada pelas IFs e o comércio em geral consistiria no mesmo tratamento para os dois casos (pessoa física: assalariada e produtora rural) e se não fosse o mesmo qual seria um modelo exemplo de análise?

O escopo geral consiste em debater teoricamente se a pessoa física produtora rural deve ser analisada como uma pessoa física assalariada ou uma empresa, e caso for analisada como uma organização, estruturar um modelo de análise de crédito específico para pessoa física produtor rural (agrícola e pecuária) através dos aspectos quantitativos. E, para auxiliar nesta estruturação, tem-se como objetivos específicos: a) realizar um debate teórico sobre os conceitos, modelos e métodos de análise de crédito de pessoa física produtor rural; e b) estabelecer modelos e critérios específicos para análise de crédito considerando as demonstrações contábeis societárias.

A importância deste tema condiciona-se, principalmente desde 2008 pela ocorrência da crise financeira gerada pelo endividamento de pessoas físicas através do crédito imobiliário nos Estados Unidos. Neste caso, o sistema financeiro renovou a importância da análise de crédito para a concessão de crédito considerando à capacidade de pagamento. No Brasil, a inadimplência das operações de empréstimo, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), em outubro de 2012 chegaram num patamar mais elevado desde o início dos registros desse índice. Portanto, o BCB não determina uma metodologia de análise de crédito para as IFs, mas controla o percentual de

inadimplência, neste caso, cada IF deverá estruturar uma metodologia própria de análise de crédito, observando as características culturais, sociais, entre outros. Para Silva (2008) o número mais expressivo de clientes nas IFs e empresas é composto por pessoas físicas, e para estas existem poucos estudos de métodos específicos de análise para concessão de crédito.

Com base nos objetivos, justificativas e na problematização foram elaborados os debates teóricos, e elencados os principais posicionamentos de autores sobre modelos de análise de crédito pessoa física produtor rural. Na metodologia foram descritas as etapas de elaboração do modelo de análise de crédito e o tipo de pesquisa que foi utilizada neste estudo. Já na parte dos resultados e discussões foi elaborada uma estrutura de relatórios contábeis e sua análise para servir de modelo de análise na concessão de crédito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem, Finalidade, conceito e panorama do crédito

O rei da Babilônia Khammu-rabi em 1800 a.C., define no Código de Hamurabi as normas sobre as primeiras formas de crédito realizadas entre os produtores de sementes, comissários e arrendatários de terras, ou seja, voltadas às atividades rurais e agrícolas. Portanto, esse foi o marco inicial da utilização do crédito havendo ocorrência de transações com pagamentos de produtos por parte dos devedores.

Já na Grécia antiga, de 1100 a.C. a 146 a.C., período no qual surgiu o dinheiro, surgiram as atividades comerciais, que deram início às transações de crédito com pagamento em dinheiro e não mais em mercadorias, surgindo assim, os mais variados tipos de crédito existentes até a atualidade (FERREIRA et al., 2009).

Percebe-se que, desde os tempos primórdios, o crédito já estava presente nas transações de compras ou vendas a prazo. A definição do crédito depende do contexto no qual está inserido, podendo possuir diversos significados, mas no contexto restrito representaria uma entrega de um valor no presente mediante uma promessa futura de devolução do referido valor (SILVA, 2008). Schrickel (2000) e Ferreira et al. (2009) definem o crédito como sendo um ato da vontade de ceder, por algum espaçamento de tempo determinado, parte de seu patrimônio a um terceiro com a expectativa de que a posse deste patrimônio volte ao cedente de forma integral e no espaçamento de tempo predefinido entre as partes.

Desta forma, o conceito de crédito está incluso no dia a dia das pessoas físicas e jurídicas, e através do crédito é possível satisfazer as mais variadas necessidades, desde as de sobrevivência até as mais ousadas, mas o sucesso do empreendimento está relacionado com um bom mecanismo de crédito (SILVA, 2008; FERREIRA et al. 2009).

A função social do crédito cumpre um importante papel na conjuntura econômica e social, pois possibilita aumentar o nível de atividade dos negócios, aumenta o consumo que é estimulado pela demanda, facilita a realização de projetos pessoais e

empresariais quando há indisponibilidade de recursos próprios (SILVA, 2008; FERREIRA et al. 2009). Mas, os mesmos autores, alertam que o crédito pode ser responsável por um alto endividamento quando não realizado com segurança e uma análise eficiente.

O crédito é o responsável pela aquisição de uma grande quantidade de bens e serviços que a sociedade moderna disponibiliza ao comércio, isto é, representa um meio que as pessoas possuem para adquirirem um bem ou serviço quando não dispõem de receitas suficientes para sua aquisição à vista. As famílias ou as pessoas individualizadas possuem necessidades básicas para adquirirem cada vez mais bens e serviços, assim como: alimentação, moradia, roupas, educação, lazer, status, aceitação pessoal, investimentos na propriedade rural, reformas, aquisição de equipamentos agrícolas, adequações a normas ambientais e ou a exigências da própria produção integrada (SILVA, 2008).

No Brasil, o percentual total de famílias endividadas apresenta uma média (nov.11 a nov.12) de 58,15% (CNC, 2012). Neste mesmo período, o percentual de famílias endividadas com (-10 Salários Mínimos) e (+10 Salários Mínimos) apresentam, respectivamente, uma média de 59,35% e 50,67%, significa que, independente da classe social (renda baixa ou alta) apresentam um alto grau de endividamento. O mais preocupante ainda não é o endividamento, mas o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso e o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas contas ou dívidas que no período de nov/11 a nov/12 apresentam, respectivamente, uma média de 21,24% e 7,15%. Segundo o CNC (2012) este panorama vem apresentando uma tendência crescente de endividamento e logicamente da inadimplência.

Após esta análise pode-se realizar o seguinte questionamento: Quais são os tipos de crédito que as famílias tomam para estarem tão endividadas? Ao encontro desta pergunta conforme o CNC (2012), o Cartão de Crédito condiz como o principal responsável, de nov/11 a nov/12, apresenta uma média de 74,05% do total do tipo de crédito tomado. Em seguida destacou os carnês, financiamento de Carro e o Crédito Pessoal que apresentam uma média, no mesmo período, respectivamente, 21,5%, 10,31% e 10,9%.

Analisando as informações apresentadas pelo CNC (2012) verifica-se uma situação inquietante, pois apesar de um alto número do percentual de famílias endividadas, o mais preocupante é o percentual de famílias que não conseguem pagar as contas ou dívidas e estas ficam em uma situação de inadimplente, causando prejuízos financeiros aos cedentes do crédito.

2.2 Análise de Crédito Pessoa Física e da Pessoa Jurídica

A grande maioria dos estudos está voltada para a concessão de crédito a pessoas jurídicas, mas após a análise realizada sobre o endividamento e inadimplência no Brasil, percebe-se que a grande adversidade não são as pessoas jurídicas, mas as famílias que representam a pessoa física.

O maior número de clientes que se relaciona com as IFs é formado pelo conjunto de pessoas físicas, portanto esta necessita uma atenção especial na posição de tomadora de crédito. Nesta lógica, Schrikel (2000) defende que as mesmas análises de crédito utilizadas para analisar o tomador pessoa jurídica (empresas, comércio e indústria) seriam válidas para analisar as concessões de créditos para os tomadores pessoas físicas.

As pessoas físicas são classificadas em pessoa física assalariada (trabalhadores nas atividades do comércio, indústria e serviços) e a Pessoa Física Produtor Rural (atividade agrícola e rural). Portanto, o Regulamento do Imposto de Renda (RIR) (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999), art. 58, descreve as atividades da pessoa física produtora rural como:

[...] a agricultura; a pecuária; a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração da apicultura (criação de abelhas), avicultura (criação de aves), cunicultura (criação de coelhos), suinocultura (criação de porcos), sericicultura (criação do bicho-da-seda), piscicultura (criação de peixes) e outras culturas animais, a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como a pasteurização e o acondicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagem de apresentação; o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

Portanto, nota-se que o produtor rural apresenta atividades que desencadeiam a geração de produtos, desta forma devem ter um tratamento diferenciado em relação à concessão de crédito. Enquanto as pessoas físicas assalariadas recebem os rendimentos todos os meses e praticamente o mesmo rendimento, as pessoas físicas produtores rurais, na posição de produtoras de seus produtos, dependem dos fatores climáticos, consumidores, sanidade dos animais etc. Assim, como a contabilidade rural, pecuária ou agrícola também tratam as propriedades como pequenas empresas, adequando as mesmas aos relatórios contábeis para apuração do endividamento, lucro, bens e direitos. (GARCIA et al., 2011; OLIVEIRA, 2011; CREPALDI, 2012; MARION, 2012).

Após a identificação da diferença no tratamento das concessões de crédito da Pessoa Física Produtora Rural e da Pessoa Física Assalariada, considera-se importante conceituar a análise de crédito.

A análise de crédito consiste em identificar os riscos nas situações de empréstimos e o posicionamento do analista diante de um empréstimo evidenciando sua conclusão quanto à capacidade de pagamento do tomador do crédito e, além disso, realizar recomendações sobre a melhor estrutura e o tipo de empréstimo que será concedido ao tomador. Considerar também as necessidades financeiras do solicitante e dos riscos inerentes à operação, considerando a maximização dos resultados dos cedentes e da ascensão financeira do tomador, sejam IFs, Empresas Públicas e Privadas, Pessoas Físicas (Assalariadas, Pecuáristas e Agrícolas) (SCHRICHEL, 2000).

Para Schrickel (2000, p. 27) a análise de crédito:

[...] envolve habilidades de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada.

Destaca-se que quanto maior a quantidade de informações disponíveis sobre a economia e o tomador melhor será a qualidade da análise de crédito vinculada (SCHRICKEL, 2000). O mesmo autor acrescenta que podem ser utilizados os mesmos instrumentos de análise de crédito utilizado nas pessoas jurídicas para pessoa física. Mas, para isto são necessárias novas metodologias de apuração e/ou levantamento de dados para coleta, pois a pessoa física não tem disponíveis as informações corriqueiras das pessoas jurídicas (SCHRICKEL, 2000).

O objetivo da análise de crédito é chegar a uma decisão e não apenas a um mero relatório sobre a situação do tomador. Os instrumentos de análise de crédito são específicos para cada situação peculiar, porém o objetivo e a lógica são permanentes (SCHRICKEL, 2000). Ferreira et al. (2009) acrescenta que antes da realização de uma concessão de crédito a análise deverá ser realizada tantas vezes que ocorrer a concessão, pois a operação e a transação para cada situação são únicos.

2.3 Métodos, Instrumentos e Técnicas para análise de crédito

Os métodos, instrumentos e técnicas utilizadas para a análise de crédito que auxiliam na tomada de decisão devem ser realizados pela atividade de seleção de crédito e exige um alto grau de conhecimento (FERREIRA et al., 2009).

Vários estudiosos trazem diversas técnicas e instrumentos para auxiliar na análise de crédito, mas Santos (2011) descreve um *checklist* básico (QUADRO 1) utilizada para realizar uma análise de crédito da pessoa física produtor rural.

Quadro 1 - *Checklist* de aspectos financeiros e patrimoniais para análise de crédito quantitativo de pessoa física produtor rural.

Aspectos Financeiros	Aspectos Patrimoniais
Renda principal da atividade exercida	Composição e idade dos bens patrimoniais
Rendas Complementares	Posse dos bens patrimoniais
Empréstimos já existentes	Percentual de seguro sobre o patrimônio
Operação encaminhada: Crédito, parcelas e juros.	Bens patrimoniais vinculados como garantias

Fonte: Santos (2011)

A sugestão de Santos (2011) consiste que as IFs e demais cedentes de crédito analisem de forma cuidadosa o risco de crédito no que se refere aos aspectos quantitativos da análise, utilizando os *checklist* financeiro e patrimonial (QUADRO 1). E, de forma bem

tímida, sem mencionar cálculos ou métodos, refere-se à análise da evolução histórica e projeção para índices de desempenho (liquidez, alavancagem, lucratividade e rentabilidade), geralmente utilizadas somente na análise de crédito de pessoas jurídicas.

Já Schrickel (2000) comenta que os conceitos, os processos e as propostas de análise de crédito são válidos e podem ser utilizados na análise de pessoa física. O mesmo autor defende que existem incontáveis transações que envolvem análise de crédito da pessoa física, desde uma simples venda no varejo através da caderneta, até empréstimos bancários.

Portanto, verificou-se que Schrickel (2000) e Santos (2011) incentivam a utilização da análise quantitativa de crédito da pessoa jurídica aplicada à pessoa física produtora rural, e esta informação vem ao encontro das informações de Oliveira (2011); Marion (2012); Garcia et al. (2011) e Crepaldi (2012) que utilizam a contabilidade rural, pecuária e agrícola para analisar a atividade rural. Nesta mesma lógica, será realizada a análise de crédito quantitativa da pessoa física produtora rural.

Um dos principais problemas relacionados a esta análise de crédito é a ausência dos relatórios contábeis na pessoa física produtora rural como fonte básica para aplicação dos índices e coeficientes patrimoniais, estruturais, econômicos e financeiros. Para resolver este problema será utilizada uma metodologia denominada de Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e a Demonstração do Resultado do Exercício Perguntado (DREP) utilizada para apurar os relatórios contábeis em empresas que não são obrigadas a manterem uma escrituração completa, pesquisada por Lewis (1988), Burns e Walker (1991), Kassai e Kassai (2001), Kassai (2004) e Correa et al. (2006).

A metodologia do BPP e da DREP é uma prática cuja utilização teve início no Brasil na década de 90, adotada por analistas financeiros para elaborarem relatórios contábeis para pequenas empresas (KASSAI, 2004; CORREA et al., 2006). Correa et al. (2006) complementa que foi exatamente a simplificação dos relatórios contábeis das micro e pequenas empresas (que não espelhavam a realidade) que fez surgir o BPP e a DREP. Kassai (2004) acrescenta é basicamente elaborado através de um interrogatório direto ao proprietário ou a pessoa responsável pela empresa, com base nas respostas e na experiência do questionador obtém-se o formato básico das demonstrações contábeis. O Balanço inventariado, ou seja, o BPP:

“[...] pelo fato de ser levantado diretamente das transações e do testemunho do dono da empresa, pode-se adotar critérios simples e objetivos, e os mais próximos possíveis da realidade econômica da empresa.” (KASSAI e KASSAI, 2001, p 3)

O BPP e a DREP são criados por meio de um questionário previamente elaborado visando diagnosticar a situação econômica e financeira (KASSAI; KASSAI, 2001; CORREA et al., 2006; KASSAI, 2006). Kassai e Kassai (2001, p.4) “[...] propõe não desprezar o bom das pessoas envolvidas, acreditar e averiguar o grau de honestidade das informações prestadas (testes de consistência) [...]”

Um bom questionário, segundo Kassai e Kassai (2001), não está relacionado à quantidade de perguntas que possui, mas depende da qualidade destas, ou seja,

suprimem-se as informações necessárias e suficientes para a elaboração do BPP e a DREP.

As informações quantitativas do questionário previamente formulados para elaborar o BPP e a DREP em empresas de pequeno porte, segundo (CORREA et al., 2006, p. 6 e 7), podem ser:

Perguntas Gerais:

- 1 – Qual é o número de funcionários da empresa? Como este número sofreu alterações durante os últimos anos?
- 2 – Há sazonalidade na venda dos produtos?
- 3 - Quais são os produtos que a empresa produz ou comercializa? Há algum (ou alguns) produto(s) principal(is) em termos de faturamento?
- 4 – Qual é o número de sócios? E qual a sua formação técnica?
- 5 – É feito algum tipo de controle financeiro interno? Se sim, verificar e entender como este é feito. Se não, verificar o porquê, se é por falta de conhecimento dos gestores ou por simples falta de interesse.

Perguntas específicas da área financeira:

- 1 – Qual é o faturamento mensal e anual da empresa (vendas ou receita bruta)?
- 2 – Há algum tipo de dedução deste faturamento (por exemplo, impostos relativos a vendas, devoluções etc.)?
- 3 – As vendas são feitas todas à vista? Se não, verificar a porcentagem de vendas realizadas à vista, porcentagem de vendas realizadas por outros meios (cartão de crédito, cheque pré-datado etc.), e prazo de recebimento médio destas vendas.
- 4 – Caso a empresa realize vendas a prazo, verificar se ela possui o hábito de antecipar o recebimento descontando as vendas a prazo para que possa receber à vista. Se isto for verdade, identificar qual é a taxa de desconto paga e a frequência de realização desta prática.
- 5 – Quanto custam os produtos vendidos, ou seja, do total faturado, quanto é pago a fornecedores ou custos diretamente ligados a produção? Discriminar quais são os custos.
- 6 – Listar todas as despesas que a empresa possui (em valores) para a montagem da DRE (Demonstração de Resultados do Exercício), por exemplo, aluguel, salários, água, luz, telefone, manutenção etc.
- 7 – Qual é prazo médio para pagamento de fornecedores?
- 8 – Quanto é gasto com a folha de pagamentos (salários e encargos mensais de todos os funcionários)? Qual é a periodicidade com que a empresa costuma pagar seus funcionários? A remuneração de colaboradores é fixa ou a firma também trabalha com remuneração variável? Se usar este último tipo de remuneração, explicar como é feito e os critérios utilizados.
- 9 – Quais impostos a empresa paga? Quanto ela realmente declara como faturamento para servir de base de cálculo para os impostos (especialmente o imposto de renda)?
- 10 – A empresa cumpre todas as normas trabalhistas que deveria em relação aos seus funcionários?
- 11 – Desde quando a empresa existe?
- 12 – Qual foi o investimento inicial feito para que a empresa pudesse iniciar suas atividades?
Estes recursos são provenientes de capital próprio (dos donos) ou de alguma outra fonte (se de ambos, identificar a porcentagem de cada um e os valores em reais)?
- 13 – Depois da abertura, houve em algum outro momento aporte de capital (os donos “investiram” mais alguma quantia na empresa)? A soma de todo o

investimento feito pelos proprietários na empresa compõe o capital social (conta do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial).

14 – Quanto a empresa possui no momento em bancos ou caixa (soma de todo o dinheiro disponível na data de questionamento)?

15 – Quanto a empresa possui de estoque (tanto de matérias-primas, quanto de produtos em desenvolvimento ou de produtos acabados a valor de compra)?

16 – A empresa possui alguma dívida com bancos ou alguma outra instituição? Descrever todas as dívidas da empresa, montante, taxas de juros pagas, periodicidade de pagamento e prazos para pagamento.

17 – Quanto há de imobilizado na empresa (valor a preço de venda)?

18 – Quais são os critérios de remuneração dos sócios? Se é por meio da distribuição de dividendos (relativo à distribuição do lucro obtido) ou pagamento de salários, se é fixa ou variável e por fim, se há um critério pré-definido para sua distribuição ou não? Qual é a média mensal e anual de retirada?

Na aplicação desse questionário, Correa et al. (2006), acredita que é possível obter as informações necessárias e suficientes para elaborar o BPP e a DREP que são os principais demonstrativos contábeis utilizados para realizar a análise de uma microempresa e/ou empresa de pequeno porte, as quais não mantêm uma escrituração regular ou suficiente para considerar as informações nela contidas transparentes e/ou confiáveis para uma análise das demonstrações contábeis.

Após esta revisão, percebe-se que não existe nenhum estudo específico avançado sobre uma análise de crédito quantitativa voltada para a pessoa física produtora rural, desta forma na metodologia, a seguir, estão descritos os passos que foram utilizados para realizar uma análise de crédito neste segmento de atividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método para Lakatos e Marconi (2003) é a ordem utilizada pelos processos que são necessários para atingir os resultados desejados numa pesquisa. A classificação desta pesquisa quanto à abordagem é a qualitativa, pois realiza a análise e a interpretação das informações, que segundo Gil (1994, p. 166):

“A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros acontecimentos anteriormente obtidos.”

Quanto aos procedimentos e meios a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, que consiste em “[...] explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas [...]” (RAMPAZZO, 2005, p. 53). Já em relação aos fins ou objetivos da pesquisa considera-se como exploratória, ou seja, são:

[...] compreendidas como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. (Marconi e Lakatos, 2003, p.188).

Nesta lógica, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o surgimento, conceitos, importância e o objetivo do crédito, um levantamento do grau e do tipo de endividamento das famílias brasileiras de nov/11 a nov/12; destacou-se o conceito, importância e técnicas de análise de crédito; e, ainda, conceitos, finalidades e métodos da ferramenta BPP e da DREP para aplicação da análise de crédito da pessoa física produtor rural.

Na sequência, estruturou-se com base no BPP e na DREP (elaborados para atenderem microempresas e empresas de pequeno porte, que possuem a escrituração contábil simplificada), um BPP e da DREP voltado a atender a análise de crédito pessoa física produtor rural.

Esse modelo de estruturação e análise das demonstrações contábeis foi dividido em 5 etapas: 1) Análise e ajuste do questionário de Correa et al. (2006) para atender a pessoa física produtor rural; 2) Modelo de estrutura (Aspectos Qualitativos e Quantitativos) de BPP e da DREP; 3) Modelo de análise de crédito do BPP e da DREP sob os aspectos: Estruturais, Financeiros e Econômicos; 4) A partir da DREP elabora um modelo de FCP (histórico e projetado) para auxiliar a análise de crédito; 5) Evidencia uma conclusão sobre a capacidade de pagamento em relação a análise de crédito realizada.

Estas etapas foram realizadas, a seguir na parte dos resultados e da discussão deste artigo, e após foi registrada uma conclusão deste artigo.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise quantitativa da análise de crédito de pessoa física produtora rural foi dividida em 5 etapas:

- 1) Primeira Etapa: Análise e adequação de uma estrutura de questionário tendo como base o questionário de Correa et al. (2006);
- 2) Segunda Etapa: Elaboração/estruturação do BPP e da DREP, ou seja, a identificação dos elementos qualitativos e quantitativos;
- 3) Terceira Etapa: Modelo de análise do BPP e da DREP através dos Índices de Liquidez, estrutura de Capitais e dos índices econômicos, adaptados da análise de balanços de empresas.
- 4) Quarta Etapa: Elaboração do FCP (histórico e projetado) para identificar a capacidade futura de geração de rendas.
- 5) Quinta Etapa: Considerações finais sobre o modelo de análise de viabilidade da pessoa física produtor rural da capacidade de pagamento do empréstimo solicitado.

Na Primeira Etapa foi analisada e realizada uma adequação da estrutura de questionário de Correa et al. (2006) voltada para a estruturação do BPP e da DREP em micro e pequenas empresas, capaz de satisfazer a realização de uma composição de BPP e da DREP voltada a pessoa física produtora rural (QUADRO 2).

Quadro 2: Estruturação de questionário voltado a apurar o BPP e a DREP, com base em Correa *et al.* (2006).

Perguntas Amplas sobre a propriedade rural:

1. Nome da propriedade rural e localização.
2. Data de início das atividades?
3. Qual é o número de familiares/integrantes na propriedade rural?
4. Há sazonalidade no cultivo e na venda dos produtos? E quais são as variáveis que interferem?
5. Quais são os produtos que a propriedade rural produz/comercializa?
6. Qual (is) o (s) produto (s) principal (is) em termos de Rendimentos?
7. Qual é o número de familiares que trabalham na propriedade rural? E qual a sua formação técnica?
8. Qual o tipo de controle financeiro realizado na propriedade rural? (Relatar o controle realizado).
9. Qual é o tipo de investimento que a propriedade rural tem interesse em realizar? Prazo e juros?

Perguntas específicas da área financeira e econômica da propriedade rural:

1. Qual é o rendimento mensal e anual da propriedade rural (vendas ou rendimento bruto)?
2. Há algum tipo de dedução deste rendimento bruto?
3. Qual é o percentual de venda de produtos agrícolas à vista e a prazo?
4. Prazo médio de recebimento das vendas a prazo.
5. Há a antecipação das vendas a prazo? Se for, identificar: prazo, taxas e frequência da antecipação.
6. Qual é o custo dos produtos vendidos? Discriminar quais são os custos (valores).
7. Listar todas as despesas que a propriedade rural possui (em valores).
8. Qual é prazo médio para pagamento de fornecedores de insumos agrícolas? Listar os insumos.
9. Quanto é gasto com a folha de pagamentos ou a subsistência do produtor?
10. Qual é a periodicidade que a folha de pagamento ou a subsistência é paga?
11. A remuneração é fixa ou é variável? Explicar como é realizada.
12. Quais impostos, taxas e ou contribuições que a propriedade rural paga? Listar e quantificar.
13. A propriedade rural cumpre todas as normas trabalhistas, em relação aos seus funcionários?
14. Qual foi o investimento inicial feito para que a propriedade rural pudesse iniciar suas atividades?
15. O investimento inicial foi próprio ou de terceiros, e identificar o percentual e valor.
16. Qual é o valor que a propriedade rural possui no momento em bancos ou caixa? Especificar cada caso.
17. Quanto à propriedade rural possui de estoque?
18. A propriedade rural possui alguma dívida bancária? (listar: valor, taxa, período e garantia).
19. Quanto há de imobilizado na propriedade rural (valor a preço de venda)?

Fonte: pelo próprio autor.

Na Segunda Etapa foi elaborado e/ou estruturado o BPP e a DREP (QUADRO 3), utilizando-se a mesma estrutura e normas para elaboração de balanços Contábeis societários, estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Técnicas Contábeis (NBTC), tendo como base na mensuração dos elementos qualitativos e quantitativos o questionário elaborado e apresentado no Quadro 2.

Quadro 3 - Modelo de BPP estruturado para pessoas físicas produtoras rurais, para as atividades agrícolas e pecuárias.

	2012*	2011	2010		2012	2011	2010
1. Ativo				2. Passivo			
1.1 Ativo Circulante				2.1 Passivo Circulante			
1.1.1 Disponível				2.1.1 Fornecedores			
1.1.1.1 Caixa				2.1.1.1 Fornecedor A			
1.1.1.2 Banco conta corrente				2.1.1.2 Fornecedor B			
1.1.1.3 Banco conta aplicação				2.1.1.3 Fornecedor C			
1.1.2 Estoque				2.1.2 Impostos a pagar			
1.1.2.1 Insumos				2.1.2.1 Imposto Territorial Rural			
1.1.2.1.1 Fertilizantes				2.1.2.2 IR a pagar			
1.1.2.1.2 Herbicidas				2.1.2.2 IOF a pagar			
1.1.2.1.3 Sementes plantio				2.1.3 Salários a pagar			
1.1.2.1.4 Ração em geral				2.1.3.1 Salários a pagar			
1.1.2.2 Produtos agrícolas				2.1.4 Diversos a pagar			
1.1.2.2.1 Milho				2.1.4.1 Seguros a pagar			
1.1.2.2.2 Fumo				2.1.4.2 Empréstimos a pagar			
1.1.2.2.3 Leite				2.1.4.3 Cheque especial a pagar			
1.1.2.3 Rebanho em Formação				2.1.4.4 Cartão de crédito a pagar			
1.1.2.3.1 Novilhos				2.1.4.5 Telefone a pagar			
1.1.2.3.2 Bezerros				2.1.4.6 Água a pagar			
1.1.2.3.3 Suínos				2.1.4.6 Internet a pagar			
1.1.2.2.4 Frangos				2.1.4.6 Outras contas a pagar			
1.2 Ativo Não Circulante				2.2 Passivo Não Circulante			
1.2.1 Permanente				2.2.1 Fornecedores			
1.2.1.2 Imobilizado				2.2.1.1 Fornecedor A			
1.2.1.2.1 Terras				2.2.1.2 Fornecedor B			
1.2.1.3.1.1 Área de terras				2.2.1.3 Fornecedor C			
1.2.1.3.2 Pastagens Formadas**				2.2.2 Empréstimos a pagar			
1.2.1.3.2.1 Grama (potreiro)				2.2.2.1 Empréstimos BNDES			
1.2.1.3.2.2 Pastagens				2.2.2.2 Empréstimos BRDE			
1.2.1.3.3 Máquinas e Motores**				2.3 Patrimônio Líquido			
1.2.1.3.3.1 Picador de pasto				2.3.1 Capital Social			
1.2.1.3.3.2 Ensiladeira				2.3.2 Rendas de op. agrícolas			
1.2.1.3.3.3 Trator				2.3.3 Rendas de op. pecuária			
1.2.1.3.3.4 Colheitadeira							
1.2.1.3.3.5 Carretão Caçamba							
1.2.1.3.4 Instalações**							
1.2.1.3.4.1 Casa de Ordenha							
1.2.1.3.4.2 Galpão Geral							
1.2.1.3.4.3 Poclga							
1.2.1.3.4.4 Aviário							
1.2.1.3.4.5 Arames e Piquetes							
1.2.1.3.4.6 Casa da Sede							
1.2.1.3.5 Cultura P Formação**							

1.2.1.3.5.1 Laranjal							
1.2.1.3.5.3 Silvicultura							
1.2.1.3.5.5 Nogueiras							
1.2.1.3.6 Rebanho**							
1.2.1.3.6.1 Bovinos leiteiros							
1.2.1.3.6.3 Touros							
1.2.1.3.6.5 Ovelhas							
1.2.1.3.6.7 Reprodutores							

Fonte: pelo próprio autor.

* O período da apuração do Balanço Patrimonial Perguntado pode ser elaborado de forma anual, trimestral ou mensal, ou seja, deve ser elaborado conforme a necessidade da análise do crédito.

** Nos casos onde há a incidência de Exaustão, Depreciação e Amortização, no Balanço Patrimonial Perguntado sejam inseridos os valores líquidos, ou seja, os valores de venda dos bens.

Na sequência foi elaborado o modelo DREP, conforme Quadro 4.

Quadro 4: Modelo de DREP estruturado para pessoas físicas produtoras rurais, nas atividades agrícola e pecuária.

	2012	2011	2010
3. Renda Bruta Rural Total			
3.1 (-) Deduções da Renda Bruta			
3.1.1 (-) Impostos, devoluções e descontos.			
3.2 (=) Renda Líquida Total			
3.2.1 (-) Custos Operacionais c/pecuária			
2.2.2 (-) Custos Operacionais c/agrícola			
2.3 (=) Lucro Bruto			
2.3.1 (-) Despesas			
2.3.1.1 (-) Despesas Administrativas			
2.3.1.2 (-) Despesas Financeiras			
2.3.1.3 (-) Despesas com vendas			
2.4 (=) Lucro Líquido			

Fonte: pelo próprio autor.

Sugestões para elaboração/estruturação e a coleta dos dados para elaboração do BPP e da DREP:

a) Cada propriedade rural possui suas particularidades de atividades, então, nesta lógica, para cada propriedade a quantidade de contas que compõe o BPP e a DREP pode apresentar composições diferenciadas. Cabe, nesse caso, uma flexibilidade do agente que realizará a coleta dos dados em adequar as contas o mais próximo possível da realidade das propriedades rurais em análise.

b) No BPP não foram incluídos os elementos da Depreciação, Exaustão e Amortização, assim, a quantificação do elemento patrimonial deverá atender ao valor justo, ou seja, não será necessário quantificar o elemento no valor da compra para realizar a depreciação, exaustão ou amortização.

c) A coleta dos dados deve ser realizada na propriedade do produtor rural pessoa física, pois à medida que os elementos quantitativos do BPP e da DREP são preenchidos, haverá uma averiguação ou confrontação da existência deste elemento e seu estado de conservação na propriedade. É importante que o analista colete

também as comprovações, se existirem, das informações, contribuindo com maior solidez ao balanço perguntado.

d) Na valoração dos elementos patrimoniais o conhecimento técnico do agente é imprescindível. O mesmo deve possuir um conhecimento adequado para realizar a avaliação quantitativa na propriedade, em conjunto com o proprietário, pois em muitas situações o proprietário rural não consegue mensurar e/ou quantificar o valor atualizado do elemento. Se o analista e o proprietário não chegaram a um acordo plausível de quantificação de um elemento, deverá ser consultado um profissional habilitado capaz de realizar a avaliação.

e) O período ou o intervalo de tempo da coleta dos elementos quantitativos e qualitativos deverá ocorrer de acordo com a necessidade do PBP e da DREP, ou seja, se o pagamento das parcelas de um empréstimo for mensal, este deve ser elaborado de forma mensal. Caso as parcelas de empréstimos sejam pagas anualmente, o mesmo deve ser realizado em períodos anuais.

Com estas sugestões descritas e que são muito úteis para a elaboração do BPP e da DREP, finaliza-se a segunda etapa e inicia-se a terceira etapa do processo de análise quantitativa da análise de crédito pessoa física produtora rural.

Na Terceira Etapa do processo de análise de crédito serão utilizados os índices de liquidez, a estrutura de capitais e os índices econômicos para analisar a capacidade de pagamento das pessoas físicas produtoras rurais. Nos Quadros 5, 6, 7 e 8 são identificadas as principais análises a serem utilizadas.

Quadro 5 - Identifica os índices de liquidez, sua respectiva fórmula, conceito e interpretação.

	Índice	Fórmula	Conceito	Interpretação
Índice de Liquidez	Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto possui de Ativo Circulante a curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
	Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor.
	Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (1998), Schrikel (2000), Blatt (2001), Padoveze (2004), Silva (2004), Matarazzo (2008).

Após identificar os índices/coeficientes de liquidez, estrutural, rentabilidade e solvência, conforme os Quadros 5, 6, 7 e 8 foi realizada a Quinta Etapa.

Na Quinta Etapa do processo de análise de crédito de pessoa física produtor rural foi elaborado e estruturado com elementos qualitativos e quantitativos (contas e valores) do FCP (histórico e projetado), com base nos dados do BPP e na DREP (QUADRO 2 e 3). A demonstração do FCP foi estruturada conforme o Quadro 9 para auxiliar a análise de crédito pessoa física produtor rural.

Quadro 6 - Identifica os coeficientes da estrutura de capitais, sua respectiva fórmula, conceito e interpretação.

	Índice	Fórmula	Conceito	Interpretação
Estrutura de Capitais	Participação de capital de terceiros	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quantos reais foram tomados de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.
	Composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigação no curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quantos reais foram aplicados no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 do Patrimônio líquido.	Quanto menor, melhor.
	Dependência Bancária	$\frac{\text{Empréstimos Bancários}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto é obtido de empréstimo bancário para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (1998), Schrikel (2000), Blatt (2001), Padoveze (2004), Silva (2004), Matarazzo (2008).

Quadro 7 - Identifica os coeficientes da rentabilidade, sua respectiva fórmula, conceito e interpretação.

	Índice	Fórmula	Conceito	Interpretação
Rentabilidade	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas}} \times 100$	Quanto é obtido de lucro para cada R\$ 100,00 de vendas.	Quanto maior, melhor.
	Rentabilidade do Patrimônio líquido	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$	Quanto é obtido de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (1998), Schrikel (2000), Blatt (2001), Padoveze (2004), Silva (2004), Matarazzo (2008).

Quadro 8 - Identifica a solvência, sua respectiva fórmula, conceito e interpretação.

	Índice	Fórmula	Conceito	Interpretação
Solvência	Capital de giro Próprio	= Patrimônio Líquido (+) Resultado Exerc. Futuros (-) Ativo Permanente (+) Realizável a Longo Prazo (-) Exigível a Longo Prazo	Quanto de capital de giro próprio está à disposição.	Quanto Maior, melhor.
	Necessidade de Capital de giro	Ativo Circulante Operacional (-) Passivo Circulante Operacional	Quanto necessário de recursos para financiar o giro	ACO > PCO = Ruim ACO < PCO = Boa ACO = PCO = Boa
	Saldo de Tesouraria	$\frac{\text{Saldo em Tesouraria}}{\text{Vendas líquidas} + \text{Impostos}}$	Quanto de saldo em tesouraria existe em relação às vendas	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (1998), Schrikel (2000), Blatt (2001), Padoveze (2004), Silva (2004), Matarazzo (2008).

Quadro 9: Modelo de FCP* (Histórico e Projetado) para análise de crédito Pessoa Física Produtor Rural.

	2010**	2011***	2012***
1 – Operacional			
1.1 Recebimentos			
1.1.1 Receitas Operacionais Agrícolas			
1.1.2 Receitas Operacionais Pecuárias			
1.2 Pagamentos			
1.2.1 Fornecedores de insumos agrícolas e pecuários			
1.2.3 Salários e encargos sociais			
1.2.4 Despesas diversas (Água, Energia elétrica, seguros etc.)			
1.2.5 Impostos diversos			
Total (Recebimentos – Pagamentos)			
2 – Financiamentos			
2.1 Liberações de Créditos			
2.1.1 Investimentos BNDES			
2.1.2 Investimentos BRDE			
2.1.3 Pronaf Custeios			
2.1.4 Empréstimos e Financiamentos			
2.2 Amortização e ou Liquidação de Créditos			
2.2.1 Amortização e ou Liquidação de BNDES			
2.2.2 Amortização e ou Liquidação de BRDE			
2.2.3 Amortização e ou Liquidação de Custeios			
2.2.4 Amortização e ou Liquidação de Empréstimos			
Total (Financiamentos – Amortizações e ou Liquidações)			
3 – Investimentos			
3.1 Aquisições de Imobilizado em geral			
Total (Investimentos)			
AUMENTO DE CAIXA NO PERÍODO (1 + 2 + 3)			
(+) Receitas Financeiras (poupança, aplicações, ações etc.)			

Fonte: Pelo próprio autor.

* A estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa Perguntado será elaborada através do Método Direto de estruturação do fluxo de caixa.

** Dados Históricos da propriedade rural.

*** Dados projetados, com base nos dados históricos através de ferramentas estatísticas de curto prazo, ou conforme a necessidade.

Após realizar as cinco etapas do processo de elaborar os modelos de BPP, DREP e FCP, e os tipos de índices e coeficientes para análise de crédito pessoa física produtor rural, o analista está apto, ou seja, possui as informações suficientes e necessárias para realizar uma conclusão sobre os aspectos quantitativos dessa análise. Mas é importante destacar que uma análise de crédito quantitativa é realizada considerando-se o conjunto das informações e não apenas com base em alguns pontos da análise de crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou estruturar um modelo de análise de crédito para pessoa física produtora rural (pecuária e agrícola) e realizando um debate teórico sobre os conceitos e métodos de análise de crédito de pessoa física produtor rural; estabelecer critérios específicos para análise de crédito avançada; e Elaborar um modelo de análise de crédito avançada de pessoa física: pecuarista e do agronegócio, tendo sua finalidade satisfeita.

É importante ressaltar que a análise de crédito quantitativa para pessoa física produtor rural, ainda acontece de maneira tímida e quando ocorre há somente uma análise básica. A maioria das análises de crédito está voltada para a análise qualitativa (PF e PJ), ou seja, preocupados com o risco das operações. É evidente que esta análise é importante, mas o peso ideal de uma análise de crédito em termos qualitativos (análise subjetiva da operação: cadastros restritivos, clima, enfermidades, entre outros aspectos relevantes como: produção rural integrada de pecuária e agrícola [reflexos de importação (insumos) e exportação (produção)]) e quantitativos (análises patrimoniais, financeiras e econômicas) representa 50% para cada aspecto. Neste sentido, este estudo somente abrange o aspecto quantitativo da análise de crédito, ou seja, apresenta apenas 50% do peso da conclusão final da operação em análise.

A separação entre pessoa física assalariada (indústria, comércio e serviços) e pessoa física produtor rural (agrícola e pecuária) sob o aspecto da análise de crédito é inovador neste estudo, portanto percebe-se que alguns estudos, já relacionavam de forma bem retraiada, que os métodos de análise aplicados às pessoas jurídicas também podem ser aplicados à pessoa física produtor rural.

Neste caso, este estudo foi muito promissor em face do alto endividamento e da capacidade de pagamento das famílias brasileiras, e utilizando-se a metodologia proposta para análise de pessoa física produtor rural propõe-se um modelo de análise de crédito para ajudar os proprietários rurais a administrarem seu crédito, contribuindo na administração financeira, para geração de maiores receitas. Pode-se destacar que independente do tamanho da propriedade rural a análise de crédito deve ser completa, pois quanto menor é o porte da propriedade rural, menor é o controle financeiro, patrimonial e econômico.

Uma sugestão para próximos estudos é a aplicação deste modelo focando um estudo de caso prático validando assim o modelo proposto, e também a análise de crédito qualitativa (subjetiva e mercado) na pessoa física produtor rural (agrícola e pecuária).

REFERENCIAS

BLATT, A. Análise de Balanços: Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. São Paulo: Makron Books, 2001.

BURNS, R.; WALKER, J. Simultaneity of Value and Non-Cash Expenses in Small Business Valuation. Journal of Small Business Management. ABI/INFORM Global, pg. 10, 29, 1, Jan. 1991.

CNC - Endividamento e Inadimplência do Consumidor. 2012. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_novembro_2012_-_revisada.pdf>. Acesso em 15 dezembro de 2012.

CORREA. Ana Carolina Costa, Alberto Borges Matias e Ernesto Fernando Rodrigues Vicente "Balanço Perguntado: Uma Metodologia de Obtenção de Demonstrativos Financeiros de Micro e Pequenas Empresas" - IX SEMEAD 2006.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural - Uma Abordagem Decisorial. Editora: Atlas. 2012.

GARCIA, E. R.; BUSCH, C. M.; TODA, W. H.; RODRIGUES, A. O. A Nova Contabilidade Rural. Editora: Iob, 2011.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, S. Análise de Balanços: Análise da liquidez e do endividamento, Análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, J. A. L. A.; ALVES, R. F.; TÓFOLI, I. Análise e decisão de crédito - Um fator potencial para redução da inadimplência. II Encontro Científico e II simpósio de educação Unisaesiano 28 – 31. Lins São Paulo. 2009.

KASSAI, J. R.; KASSAI, S. Balanço perguntado: uma solução para as pequenas empresas. Artigo apresentado e constante dos anais do VIII Congresso Brasileiro de Custos, São Leopoldo/RS, 2001.

KASSAI, J. R. Balanço Perguntado: Técnica Para Elaborar Relatórios Contábeis de Pequenas Empresas. Anais do XI Congresso Brasileiro de Custos, Porto Seguro/BA, 25 a 30 de julho de 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

LEWIS, L.D. How to Value a Small Business. Business; ABI/INFORM Global, pg. 46, Jul-Aug-Sep 1988.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, J. C. Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária e Imposto de Renda – Pessoa Jurídica. São Paulo: Atlas. 2012.

OLIVEIRA, N. C. Contabilidade do agronegócio: Teoria e Prática. Curitiba: Juruá editora, 2011.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. São Paulo: Atlas, 2004.

RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999).

SILVA, J.P. Análise Financeira das Empresas. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, J. P. Gestão e Análise de risco de crédito. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. O. Análise de crédito: Empresas, Pessoas Físicas, agronegócio e pecuária. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHRICKEL, W. K. Análise de Crédito: Concessão e Gerencia de Empréstimos. São Paulo: Atlas, 2000.